DE JOVENS RURAIS A AGRÔNOMAS: QUESTÕES DE GÊNERO, SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE

FROM RURAL YOUNG WOMEN TO AGRONOMISTS: GENDER ISSUES, SUCCESSION IN FAMILY FARMING AND COUNTRY-CITY MIGRATION

DE JÓVENES RURALES A AGRÓNOMAS: CUESTIONES DE GÉNERO, SUCESIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR Y MIGRACIÓN CAMPO-CIUDAD

Daiane Carla Bordulis Eduardo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR)
daianebeduardo@gmail.com

Márcio Freitas Eduardo
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Erechim/RS)
marcio.eduardo@uffs.edu.br

Destaques

- A migração campo-cidade é um projeto familiar de ascensão, apoiado pelos pais para que as jovens construam trajetórias profissionais urbanas mais seguras.
- Apesar do apreço pelo campo, as jovens agrônomas optaram pela migração, pois o patriarcado e as baixas oportunidades de progresso econômico dificultam a sucessão feminina.
- A Agronomia, embora não potencialize a sucessão direta no campo, permite às egressas contribuir para a agricultura familiar em novas frentes, como ciência, inovação e incidência profissional em temas da agenda moderna.

RESUMO

Este estudo objetiva compreender a trajetória das jovens rurais egressas do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, *campus* Erechim), nos seus movimentos de construção profissional, diante do complexo desafio da sucessão na

agricultura familiar. Para desenvolver a análise, o estudo procurou contemplar a totalidade do universo das jovens rurais (faixa etária de 15 a 29 anos) formadas pela UFFS, com ingresso no curso de Agronomia, entre os anos de 2010 e de 2014 e egressas até o ano de 2019. Ao todo, 21 jovens contribuíram com a investigação. Ao longo da pesquisa, embora situações envolvendo desigualdades de gênero tenham se manifestado, evidenciou-se que o acesso à universidade proporcionou importantes mudanças no âmbito das territorialidades precedentes das jovens egressas.

Palavras-chave: Gênero; Agricultura Familiar; Universidade pública; Desterritorialização;

ABSTRACT

This study aims to understand the trajectory of young rural women who graduated from the Agronomy course at the Federal University of Southern Border (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Erechim *campus*), in their movements of professional construction, given the complex challenge of succession in family farming. To develop the analysis, the study sought to cover the entire universe of young rural women (aged 15 to 29) who graduated from UFFS, having enrolled in the Agronomy course between 2010 and 2014 and graduated by 2019. In total, 21 young women contributed to the investigation. Throughout the research, although situations involving gender inequalities emerged, it was evidenced that access to the university provided significant changes within the preceding territorialities of the young graduates.

Keywords: Gender; Family Farming; Public university; Deterritorialization;

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender la trayectoria de las jóvenes rurales egresadas del curso de Agronomía de la Universidad Federal de la Frontera Sur (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *campus* Erechim), en sus movimientos de construcción profesional, frente al complejo desafío de la sucesión en la agricultura familiar. Para desarrollar el análisis, el estudio buscó contemplar la totalidad del universo de jóvenes rurales (franja etaria de 15 a 29 años) formadas por la UFFS, que ingresaron al curso de Agronomía entre los años 2010 y 2014 y egresaron hasta el año 2019. En total, 21 jóvenes contribuyeron a la investigación. A lo largo de la investigación, si bien se manifestaron situaciones que involucran desigualdades de género, se evidenció que el acceso a la universidad proporcionó importantes cambios en el ámbito de las territorialidades precedentes de las jóvenes egresadas.

Palabras clave: Género; Agricultura Familiar; Universidad Pública; Desterritorialización.

INTRODUÇÃO

A agricultura de base familiar encontra muitos obstáculos para sua reprodução social e econômica no Brasil. O modelo agrário-agrícola brasileiro, fundamentado na grande propriedade, no complexo oligárquico-agroquímico e na agroexportação, tem propiciado, com maior intensidade desde os anos 1970, processos paradoxais de desterritorialização, de vulnerabilização econômica e de subordinação dos agricultores de base familiar ao sistema produtivo hegemônico no campo (Oliveira, 2001; Porto-Gonçalves, 2006).

Em face da insuficiência de um projeto político nacional alinhado às especificidades da agricultura de base familiar, cujos resultados poderiam potencializar a ação desses sujeitos, elevando-os à condição de agentes do desenvolvimento territorial ao exercerem funções estratégicas de interesse público (promoção da segurança e da soberania alimentar, diversidades de iniciativas econômicas locais-regionais, conservação das funções ecológicas dos agroecossistemas, preservação das paisagens e dos patrimônios culturais etc.), presencia-se, hodiernamente, a progressiva derrocada dessas formas de produzir e de viver no campo.

A falta de perspectivas para a construção de uma vida digna no campo atinge, especialmente, os jovens e as mulheres. Com a recente expansão e interiorização do Ensino Público Superior no Brasil, jovens de origem rural têm buscado, nas universidades e institutos federais, possibilidades de construir novas trajetórias profissionais, sejam nos espaços rurais ou urbanos. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), conforme abordaremos, está inserida em um contexto regional de interiorização e de importante presença da agricultura de base familiar. A supracitada Instituição de Ensino Superior (IES), em sua origem, é resultado da mobilização popular para atuar frente aos problemas que historicamente atingem, entre outros públicos, os sujeitos do campo.

A presente pesquisa tem por base a pesquisa primária e visa contribuir com uma questão ainda pouco explorada, a saber: como a formação em Nível Superior se apresenta diante do contexto de limitações à reprodução social e econômica da agricultura familiar? Consideramos, para tanto, a visão dos sujeitos, suas condições espaciais, de gênero e de geração. De maneira mais específica, procuramos apreender a participação

das jovens rurais, egressas do curso de Agronomia da UFFS (*campus* Erechim), no complexo processo de sucessão na agricultura familiar.

Para desenvolver a análise, o estudo procurou contemplar a totalidade do universo das jovens rurais (faixa etária de 15 a 29 anos) formadas pela UFFS, com ingresso no curso de Agronomia, entre os anos de 2010 e de 2014, e que se tornaram egressas até o ano de 2019. Ao todo, 21 jovens contribuíram com a investigação. Desse total, o recorte para o respectivo artigo abrange os contextos de 16 jovens, as quais necessitaram sair do campo e fixar residência na cidade de Erechim/RS, para viabilizar a realização do curso superior.

As questões-chave que se apresentam são as seguintes: cursar agronomia, nessas condições, permite às jovens que papel diante dos desafios da sucessão na agricultura familiar? A Agronomia é uma ferramenta direta para a sucessão na agricultura familiar por parte das jovens rurais? De antemão, a resposta é não! Como será abordado, dos 16 casos, apenas uma jovem retornou ao campo. Contudo, a análise abarca uma série de elementos que contribuem para ampliar o entendimento sobre a condição espacial, social, de geração e de gênero das egressas, a exemplo das características econômicas das unidades de produção de suas famílias, a formação superior em Agronomia (motivações e construção das trajetórias profissionais) e as questões de gênero e de geração inerentes a esses processos. Por conseguinte, cabe ressaltar que há várias formas de contribuir com as questões do campo e da agricultura familiar, para além da sucessão direta, como pode ser observado nas vinculações profissionais das pesquisadas.

A metodologia para coleta de dados baseou-se na aplicação de um questionário, contendo questões fechadas e abertas, divididas em quatro eixos: 1) Informações sobre as unidades de produção; 2) inserções pregressas das jovens nas dinâmicas produtivas e organizativas da família; 3) motivações para cursar Agronomia; e 4) mudanças nas territorialidades e condições de sucessão após formadas. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). De posse das respostas, subdividimos as informações em duas partes: 1) grupo 01[1], composto pelas jovens rurais que permaneceram no campo durante e após a realização do Ensino Superior (até o ano de 2019) e o 2) grupo 02 formado por aquelas que no momento da pesquisa

[1] Por uma opção teórica e metodológica, concentramos em um artigo específico as análises a respeito das jovens que permaneceram no campo enquanto cursaram Agronomia (Eduardo e Eduardo, 2026). Em nosso entendimento, há questões espaciais e de gênero específicas a considerar nesses casos.

residiam em áreas urbanas. No presente artigo, como exposto, são apresentados os resultados obtidos com as análises do grupo 02. Aborda-se os condicionantes atrelados à saída do campo por parte das jovens agrônomas e, com base em suas condições de gênero, aborda-se a construção de suas trajetórias profissionais até o ano de 2024.

Utilizamos, como procedimentos metodológicos, técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, com aplicação de questionários e realização de entrevistas com as jovens rurais. Os instrumentos procuraram apreender os elementos constituintes das trajetórias das jovens em três etapas: 1) antecedentes; 2) a trajetória durante a realização do curso; e 3) as mudanças após a conclusão do Ensino Superior (ES). Para a compilação de informações atuais sobre a inserção profissional dessas egressas, até o ano de 2024, foram consultadas informações públicas presentes na Plataforma Lattes e em redes sociais de cunho profissional e, em casos específicos, realizou-se contato via aplicativos de comunicação.

UFFS, interiorização do ensino público e contexto regional

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) relativamente nova, criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, e com início de suas atividades letivas no ano de 2010. Está inserida nos três estados da região Sul do Brasil, no recorte de abrangência, da então denominada, "Mesorregião Grande Fronteira Mercosul" – classificação regional do Ministério da Integração Nacional. Portanto, traduz-se em uma instituição multi*campi* e interestadual situada, mais especificamente, no Norte-Noroeste gaúcho (*campi* Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim), no Oeste catarinense (*campus* Chapecó) e no Sudoeste/Centro-sul paranaense (*campi* Realeza e Laranjeiras do Sul).

A UFFS tem por característica ser produto da mobilização social, movimento conhecido como "pró-universidade", cuja intencionalidade consistia em reivindicar a criação de uma IES pública como dispositivo para o enfrentamento das históricas desigualdades sociais e econômicas existentes na "Fronteira Sul", especialmente no que dizia respeito à marginalização dos povos do campo. Nessas lutas reivindicatórias, articularam-se sujeitos e organizações do campo e da cidade, a saber: movimentos sociais do campo (em especial, os movimentos da Via Campesina brasileira), organizações sindicais da agricultura familiar (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura

Familiar, FETRAF-SUL) e dos trabalhadores urbanos, entidades de apoio à agroecologia (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, CAPA; Centro de Tecnologias Alternativas Populares, CETAP; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, entre outros), agricultores, partidos políticos, prefeituras municipais e munícipes de diversas cidades do interior do Sul do Brasil.

Todos os *campi* da UFFS, exceto Passo Fundo, possuem curso de Agronomia, em face da forte presença da agricultura na formação territorial e na economia da região. No *campus* Erechim, o curso de Agronomia possui ênfase em Agroecologia: uma estratégia deliberadamente construída para produzir conhecimentos e tecnologias à agricultura familiar, distintos em relação aos da matriz produtiva hegemônica, calcada na monocultura convencional e na integração agroindustrial, com caráter demasiadamente seletivo e excludente.

Em termos de público ingressante, o curso de Agronomia do *campus* Erechim possui importante capilaridade regional. Aproximadamente 70% das jovens contempladas na pesquisa são naturais de municípios da própria Região Imediata Erechim. Se incluirmos as jovens provenientes de outros municípios do Rio Grande do Sul, o percentual chega a cerca de 90%. Desse modo, a condição da juventude rural que intenta se formar em Agronomia em Erechim possui relativa similitude histórico-cultural e econômico-produtivo.

Em termos de formação histórico-territorial, o atual recorte da Região Imediata de Erechim/RS foi palco de projetos de colonização no início do século XX, integrando parte das chamadas “Colônias Novas” sul-rio-grandenses, com envolvimento, sobretudo, de grupos sociais descendentes de europeus (italianos, alemães e poloneses). Territorializados, fundamentalmente, em pequenos estabelecimentos (até 50 ha), caracterizados pela agricultura familiar pequeno-mercantil (Piran, 2001) voltada, inicialmente, para a produção de alimentos básicos, como feijão, milho, trigo, produção de leite e a criação de suínos, esse sistema agrícola evoluiu, atualmente, para a produção moderna de grãos (soja, milho e trigo) e a integração agroindustrial verticalizada (aves, suínos e leite) (Eduardo, Gaboardi e Reis, 2019). Nessas “comunidades rurais”, como são designadas pelo léxico popular, o catolicismo, o patriarcado e a territorialidade de base local/comunitária constituíram o cimento cultural dessa população (Tedesco, 2001; Gritti, 2004).

Decorrem, do exposto, os vários limites colocados atualmente à juventude e suas perspectivas de reprodução da agricultura familiar, dentre eles: A) o excessivo fracionamento do pequeno estabelecimento rural; B) a inviabilização econômica das pequenas unidades de produção para produção convencional de grãos e em função dos altos investimentos necessários para integração agroindustrial; C) mudanças culturais da juventude rural no enfrentamento aos históricos sistemas de opressão operados pela cultura do patriarcado e pelo adultocentrismo; e em razão da D) propensão desses jovens ao estabelecimento de conexões mais intensas com os espaços urbanos, interações limitadas em função da precariedade das condições de circulação e de comunicação presentes em suas comunidades rurais.

Para as jovens e suas famílias, as novas oportunidades de formação pública em Nível Superior figuram como mais um elemento de atenção, diante desse contexto de complexidade relacionada às condições de reprodução da agricultura familiar: o sonho da ascensão pessoal/profissional e suas potencialidades decorrentes! A pesquisa realizada, embora aponte para a migração rural por parte de um fragmento da juventude, permite verificar a importância que o ES tem para a vida pessoal de cada egressa, no sentido da ampliação das possibilidades de formação e de suas inserções profissionais. Ademais, permanecer ou retornar aos espaços rurais, embora muito importante, não são as únicas formas de fortalecer a agricultura familiar. Como será ponderado, todas as egressas estão atuando em suas áreas de formação, inclusive em fronteiras de inovação da agricultura sustentável (pesquisas em nível de doutorado, representação comercial e assistência técnica em bioinsumos, produção de insumos biológicos, agroindustrialização e assessoria técnica em sistemas orgânicos de produção etc.).

Juventude, gênero e sucessão na agricultura familiar

A ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar dificuldades no que diz respeito não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais. Ao direcionar um olhar mais detalhado sobre essa dinâmica no rural, é possível observar que, além do esvaziamento populacional, a saída seletiva dessa população tem gerado um contexto de incertezas, dado principalmente pela saída de jovens rurais. Diante disso, algumas

consequências têm sido recorrentes, como o envelhecimento da população, a masculinização, as dificuldades na constituição de novas famílias e pais sem garantias de cuidados na velhice.

Dentre os limites com que os jovens rurais se deparam no processo sucessório, podemos citar a fragilidade econômica de inserção dos agricultores familiares nos circuitos de produção convencional; a persistência de relações de opressão de geração e de gênero, no interior do núcleo familiar, em um contexto de projeção desses debates pelo conjunto da sociedade; e o caráter insuficiente e descontínuo das políticas com potencial para edificar projetos de desenvolvimento apropriados para as realidades dos agricultores familiares, dos quais os jovens participem e sintam-se sujeitos desse processo (Abramo, 1997; Weisheimer, 2004; Simões, 2015).

No que concerne à opressão de gênero, o trabalho não-remunerado imposto às mulheres no âmbito doméstico e na unidade produtiva familiar se configura como um limitador central à sua autonomia. Conforme a perspectiva de Federici (2019), o trabalho reprodutivo invisível é historicamente apropriado pelo capital e pelo patriarcado, tornando-se o pilar da subordinação feminina. Tal exploração, ao exigir a dedicação não-paga aos afazeres domésticos e cuidados, inviabiliza que a mulher rural se dedique a projetos de vida e profissionais alternativos, fazendo com que a saída do campo seja uma estratégia de libertação da dupla jornada.

Brumer (2004) destaca que, apesar dos avanços, há lacunas e gargalos em termos de conhecimentos científicos relacionados aos temas das juventudes e da sucessão familiar, sobretudo, relacionados às relações e conflitos de geração e gênero.

> O tema sucessão geracional vem emergindo como uma das principais preocupações das entidades representativas da agricultura familiar. O questionamento por parte dos jovens rurais em relação ao futuro gira sobre sua condição social e oportunidades de renda, por outro lado, existem incentivos como a demanda na compra de alimentos de qualidade, preservação ambientais, agroindustrialização, turismo rural etc. (Stropasolas, 2011, p.26).

O grande dilema da juventude rural, para Castro (2009), por um lado, é o apego à família, aos laços comunitários e, por outro, a busca de maior liberdade e autonomia financeira. Nas palavras da autora:

> Entrecruzadas pelo dilema "ficar e sair" do meio rural, mas principalmente pelo "peso" da autoridade paterna, as percepções sobre juventude/jovens, que observamos em diferentes análises, estão marcadas pela construção de que esse jovem deve ser controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio

> das relações familiares e demais redes sociais, principalmente entre as mulheres (Castro, 2009, p. 120).

Tais fatores, expostos pela autora, tendem a dificultar os processos sucessórios nos espaços rurais, colocando em risco a continuidade das atividades agrícolas, o próprio patrimônio cultural que representa a agricultura familiar e suas implicações para a produção de alimentos.

Nesse sentido, Castro (2005) corrobora ao salientar que:

> Ao se acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social, um movimento cultural; como um termo que identifica pessoas; como forma de auto-identificação; estamos tratando de uma forma de classificação que implica relações entre pessoas, classes sociais, relações étnico/raciais e entre pessoas que vivem experiência como jovens e assim são tratadas na sociedade (Castro, 2005, p. 130).

Com base em Scott (1995), gênero é uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Além disso, Silva e Schneider (2010), ressaltam que o conceito de gênero questiona o que é dado como natural e biológico, demonstrando que, na sociedade, o papel da mulher pode ser alterado com benefícios para o todo.

De acordo com Aguiar e Stropasolas (2010, p. 171), "que a agricultura familiar, apesar de ser vista como um ator coletivo, ela não está isenta de contradições e conflitos". Os autores destacam que os principais conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros da família são:

> […] modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai, chefe de família, que centraliza também as decisões; na dificuldade dos pais em dialogar e aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as) e, em decorrência, na impossibilidade dos jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca (ou mesmo nenhuma) participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de confiança dos pais em relação aos filhos(as); na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas que, quase sempre, se encontram numa condição de total dependência financeira do pai [...]. (Aguiar E Stropasolas, 2010, p. 171-172).

A condição de dependência financeira da mulher, somada à invisibilidade do seu trabalho, reflete a imbricação entre a opressão de gênero e a estrutura de classes, conforme analisado por Saffioti (2013). A busca pela formação em Nível Superior, nesse contexto, pode ser interpretada como um projeto que visa romper essa subordinação de classe e de gênero, garantindo à jovem rural a autonomia econômica e o reconhecimento profissional que o patriarcado e as relações de produção familiar negam.

Para os autores, o principal ponto de dificuldades entre pais e filhos, "[...] tem o seu lugar sobretudo na gestão da propriedade, a qual abarca a escolha do sistema de

produção, a decisão do que produzir, de como produzir, no que investir, que atividades desenvolver, a quem ou a que se destinam os recursos, etc." (Aguiar e Stropasolas, 2010, p. 172).

Destarte, as questões econômicas e culturais relativas à sucessão à terra por meio da herança se colocam como uma problemática no caso da agricultura familiar pois, como verificado por Bueno (2023) a distribuição efetiva entre filhos e filhas ocorre de forma desigual e por vezes, salienta a autora, as mulheres não recebem a terra como forma de herança, mesmo que o Código Civil Brasileiro estabeleça a distribuição igualitária entre os filhos.

Considerando que, na esteira do processo sucessório, a organização das dinâmicas produtivas privilegia o gênero masculino (Spanevello, 2008; Stropasolas, 2002), as jovens rurais veem-se afetadas por relações sociais e de poder reprodutoras da "territorialidade passiva" (Dematteis, 2008). Seus anseios e motivações como agricultoras não são efetivamente considerados e isso se reflete na baixa participação das jovens nas decisões econômico-produtivas. Mesmo involuntariamente, a condução da sucessão por parte das famílias incorpora relações dissimétricas de gênero.

Perfil da agricultura familiar das egressas

O fenômeno da desterritorialização rural das juventudes é complexo e multifatorial. Nesta subseção, serão trabalhados os dados da pesquisa primária, abrangendo um perfil específico de juventude rural: mulheres que procuram o ensino superior na área de Agronomia. Como o trabalho versa sobre os limites da sucessão na agricultura familiar, sob o prisma das lentes de gênero, dois momentos das trajetórias das jovens serão abordados: 1) os antecedentes, levando em consideração os aspectos sociais e econômicos de suas famílias e das unidades de produção de onde provieram; e 2) as motivações pela formação em Agronomia e os caminhos de construção profissional das egressas.

Como ressaltado, as 16 jovens provêm do Rio Grande do Sul, sendo 68,5% oriundas de municípios da Região Imediata de Erechim. Possuem origem étnica europeia, sobretudo, italiana, polonesa e alemã (87,5%). Em 2019, 81,2% das entrevistadas eram solteiras. Esses dados demonstram que se trata de um público relativamente homogêneo regional e culturalmente. Nesse sentido, no universo cultural das jovens predomina a

lógica de comunidade rural, típica das áreas de colonização, centrada, em grande medida, na religiosidade católica, no pequeno estabelecimento e na importante presença do patriarcado, atingidos, doravante, pelas mudanças tecnológicas e econômicas intensificadas na agricultura familiar desde os anos 1970 (modernização da base técnica da produção, expansão da produção de grãos e integração agroindustrial nos segmentos suínos, aves, leite e fumo). Contudo, na busca pela qualificação profissional e realização dos objetivos pessoais de vida, observa-se, em contraposição às gerações anteriores, que as jovens pesquisadas têm rompido algumas barreiras culturais, a saber, 1) a que levava as mulheres a se casarem muito jovens e a permanecer no campo e 2) a ampliação de seus círculos espaciais de sociabilidade, para além da aparente homogeneidade, característica das comunidades rurais e do pequeno município.

As famílias de todas as jovens ainda residiam em seus respectivos estabelecimentos agropecuários em 2019. Das 16 unidades de produção analisadas, seis não possuíam mais parentes com idade ou condições de realizar a sucessão (residentes eram apenas pais, mães e avós). Em outras seis, havia a presença apenas de irmãos e outros parentes. Já nas quatro unidades restantes, permaneciam somente as irmãs e outros parentes das jovens.

Considerando-se o panorama demográfico e sucessório apresentado, que evidencia a potencial descontinuidade da mão de obra jovem e masculina em parcela significativa das unidades, torna-se relevante analisar a percepção das próprias jovens sobre o futuro de suas famílias e as características estruturais e produtivas dos estabelecimentos. A despeito do desafio sucessório e da composição familiar predominantemente de gerações mais velhas em 37,5% dos casos (seis unidades), a maioria das entrevistadas (62,5%) demonstra um notável otimismo em relação à permanência familiar na agricultura por mais de duas décadas. Esse otimismo se coaduna, em parte, com a realidade em que o futuro é vislumbrado onde há a possibilidade de continuidade pelo irmão ou outro parente homem, mas contrasta com o perfil dos estabelecimentos: pequenos em área (93,7% com até 30 ha), com desafios de mecanização e diversificação produtiva, elementos que podem, a longo prazo, impor dificuldades à manutenção da renda e da atratividade para as novas gerações.

Ainda assim, 62,5% das entrevistadas acreditavam que suas famílias permaneceriam nas unidades de produção por um tempo acima de 20 anos. O restante das

respostas, 37,5%, apontou que suas famílias ficariam no campo por um período menor. Em síntese, podemos depreender que onde há possibilidades do filho/irmão (homem) permanecer, há um horizonte apontado pelas mulheres para a sucessão na agricultura familiar.

Em 93,7% dos casos, os estabelecimentos agropecuários tinham área de até 30 hectares, sendo 87,7% caracterizados com relevo parcialmente plano ou parcialmente mecanizável (apenas duas unidades de produção agrícola eram totalmente mecanizadas). Somente em uma unidade de produção eram realizadas apenas atividades agrícolas, nas demais havia a presença de atividades pecuárias (com presença ou não de atividades agrícolas concomitantemente). Um terço das famílias arrendava suas unidades de produção para outros produzirem. Em dois casos, apenas as famílias arrendavam outras áreas para produzir.

Quanto aos maquinários e implementos utilizados, a maioria das respostas apontou serem em parte próprias e, em parte, alugadas. Em unidades de produção menores, especialmente com a presença da produção de grãos, não se viabiliza a aquisição de equipamentos caros, como plantadeiras maiores ou colheitadeiras. Sendo esses equipamentos alugados para realização de serviços específicos ao longo dos ciclos agrícolas. Nos últimos anos, observa-se na região que a produção pecuária tem exigido altos investimentos para se manter competitiva (melhoria genética do rebanho, elevação da produção, critérios mais exigentes de qualidade, construção de estruturas para criação intensiva, aquisição de equipamentos modernos etc.), resultando em concentração da produção e exclusão de muitas famílias do segmento. Diante desses limites, o fato de a pecuária possuir um peso relevante junto às unidades de produção das famílias das jovens entrevistadas, pode ser um sintoma da escolha pela qualificação profissional em Nível Superior, sinalizando a ampliação das possibilidades de exercício profissional para além da agricultura.

Além das funções exercidas nas dinâmicas produtivas da unidade de produção, antes de entrar para a graduação, todas as jovens desempenhavam outras atividades como: estudar (educação básica), cozinhar, auxiliar nos afazeres domésticos e cuidados com parentes. Com relação à divisão interna do trabalho pela família, 75% consideraram ser parcialmente ou altamente divididas entre os membros da família.

Solicitadas a avaliar o grau de participação delas e dos homens nas decisões produtivas implementadas pela família, os resultados mostram claramente as desigualdades de gênero: em 100% das respostas, o grau de participação dos homens, conforme apontado pelas jovens, foi avaliado entre “bom” e “excelente”. Já a autoavaliação das jovens, no mesmo quesito, se apresentou da seguinte forma: excelente (6,2%), boa (43,7%), regular (25%), fraca (12,5%) e muito fraca (12,5%).

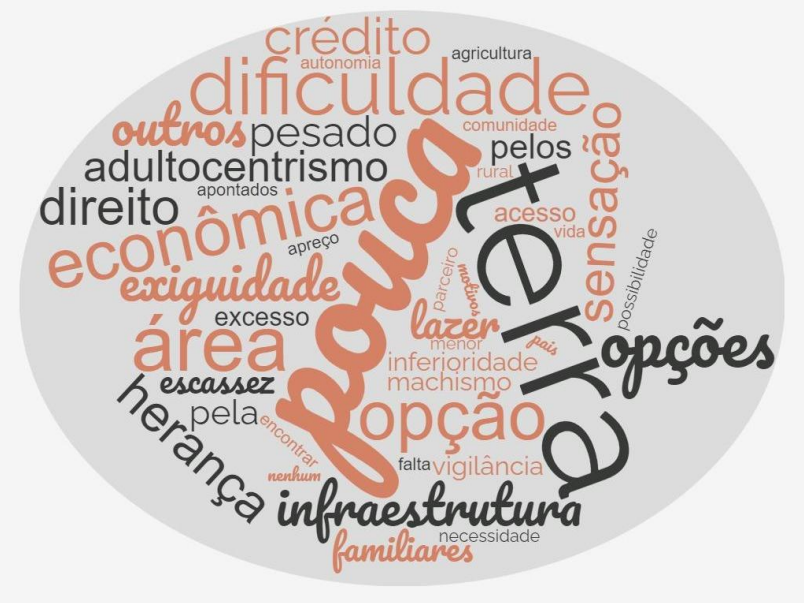
Exceto um caso, todas as jovens migraram do campo em função da realização do curso de Agronomia. Como se trata de um curso integral, não havia condições logísticas e de infraestrutura de internet para permanecer no campo e realizar o ensino superior (representados pela nuvem de palavras, imagens 01, 02 e 03). Os gastos com a fixação de residência urbana também levaram muitas jovens a trabalhar em tempo parcial (período noturno e finais de semana) para poder arcar com gastos de alimentação, aluguel, transporte urbano, entre outros.

Imagem 01 - Nuvem de palavras: fatores que inviabilizaram as jovens a permanecer no campo e, concomitantemente, cursar Agronomia na UFFS (*Campus* Erechim/RS).



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Imagem 02 - Nuvem de palavras: fatores repulsivos que levaram as jovens a saírem do campo.



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Imagem 03 - Nuvem de palavras: fatores atrativos que levaram as jovens a migrarem para o espaço urbano.



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Nas imagens 01, 02 e 03 constam as principais palavras citadas pelas entrevistadas quanto aos fatores de migração campo-cidade. Na imagem 01 ressaltam-se as “distâncias” e as dificuldades de “transporte” para compatibilizar estudo e trabalho na agricultura. Na imagem 02, estão representados os principais limites enfrentados pelas jovens para retornar ao campo: as “dificuldades” “econômicas”, a “pouca” “área” de “terra”, a “exiguidade” de “infraestruturas” e questões culturais como o “adultocentrismo”, o “machismo”, as barreiras culturais para as mulheres herdarem a terra (“herança”), dentre outros motivos mencionados. Já, na imagem 03, dentre os fatores atrativos urbanos, são citados o acesso à “universidade”, a obtenção de “salário”, maior “liberdade”, a “evolução” “pessoal”, a maior disponibilidade de “infraestruturas” diversas (internet, equipamentos urbanos, transporte, lazer, entre outros), entre outros.

Em 100% dos casos, as famílias apoiaram as decisões das jovens em migrar para a cidade. E, em 81,2% das situações, as famílias contribuíram com apoio material para que a permanência das jovens nos espaços urbanos fosse viabilizada durante a graduação. Trata-se do mesmo percentual que afirmou retornar com frequência às unidades de produção de suas famílias durante o período de formação superior. Em 2019, após terem concluído o ensino superior, o apoio material das famílias ainda permaneceu para 43,7% das pesquisadas.

Esses dados retratam uma realidade muito comum em áreas de predomínio da agricultura familiar. O núcleo familiar, ao avaliar as dificuldades de permanência de seus membros em suas respectivas atividades agropecuárias, notadamente os jovens e as mulheres, projeta, a essas pessoas, possibilidades de ocupação profissional em espaços urbanos. A formação superior é um dos horizontes vistos como potencializador de uma trajetória profissional mais assertiva, em face dos limites atuais atrelados à reprodução da agricultura familiar. O incentivo material é uma medida concreta adotada pelas famílias para tornar possível essa mudança. Dentre esses incentivos, a doação de alimentos (de origem vegetal e animal) é a forma mais usual, assim como, o aporte financeiro, quando possível.

A pesquisa apontou que a migração campo-cidade não é algo abrupto. A ligação material (de apoio e de trabalho) entre os que ficaram e as jovens que saíram, permaneceu por vários anos. Nesses termos, o fenômeno migratório analisado constitui-

se como um projeto, uma aspiração familiar que sinaliza, a saber, a construção de condições para a melhoria das condições de vida e de trabalho por parte de alguns de seus membros (até porque esse suporte continua por anos, em especial, até as jovens se estabelecerem financeira e profissionalmente). Contudo, muitas jovens precisaram compatibilizar trabalho urbano e estudo para poderem permanecer na cidade.

Cabe ressaltar que, na Região Geográfica Imediata (RGI) de Erechim, essa estratégia de *continuum* campo-cidade se aplica a uma diversidade de outras situações de migração, com vistas a facilitar o estabelecimento de residência em espaços urbanos (aluguel ou financiamentos) e galgar o fortalecimento de vínculos empregatícios no comércio ou na indústria, por exemplo. Isso ocorre, regionalmente, em função do efeito polarizador da cidade de Erechim. Na RGI de Erechim há cerca de três dezenas de pequenos municípios, em um raio de cerca de 60km, com marcante presença da agricultura familiar.

A escolha das jovens pelo curso de Agronomia ocorreu por motivações distintas. Apontaram, especialmente, a identificação com o campo e com as atividades agropecuárias. Houve menções em relação ao fato de acessarem o Ensino Superior como uma etapa que condicionaria a permanência ou um retorno mais qualificado ao campo. A busca pela formação agronômica também se atrelou à intencionalidade das jovens em poder auxiliar, de alguma maneira, suas famílias e a agricultura familiar, de uma forma mais geral.

Desta forma, fica explícito a preocupação com as questões sociais por parte das mulheres de agronomia. Elas percebem os problemas da região, do estabelecimento de seus pais e também da agricultura familiar e, com isso, buscaram conciliar o Ensino Superior, por meio da formação agronômica, com o ímpeto de contribuir na solução dos problemas atrelados ao pequeno produtor rural: ou seja, ingressam na universidade e continuam em sintonia com suas ruralidades.

Com o término da graduação, conforme informações levantadas em pesquisa realizada no ano de 2019, 56,2% das jovens do curso de Agronomia afirmaram que suas expectativas em relação ao curso não se confirmaram. Enquanto 44% das mulheres ressaltaram que suas expectativas tinham se confirmado em termos relativos (a formação em Agronomia e o crescimento pessoal com o Ensino Superior foram os fatores positivos mais ponderados). Os motivos pelos quais não se confirmaram as expectativas das jovens

estão relacionados, consoante os relatos, com o preconceito presente no mercado de trabalho, com as dificuldades em se inserirem com maior celeridade no trabalho agronômico e com a diferença salarial em relação aos homens. Na percepção das entrevistadas, em comparação aos homens, as mulheres agrônomas precisam empreender uma trajetória mais longa para se firmarem profissionalmente. No quadro 01, a seguir, constam informações sobre dois estágios distintos das trajetórias profissionais das jovens após se formarem em Agronomia.

Quadro 01 - Ocupação das jovens em dois estágios distintos de suas trajetórias profissionais.

JOVEM	2019	2024
A	Estudante de pós-graduação *stricto sensu*; vínculo profissional no setor de serviços (em área diferente de sua formação).	Doutora em Agronomia; Trabalho agronômico em empresa de pesquisa, treinamento e consultoria.
B	Estudante de pós-graduação *stricto sensu* (bolsista)	Doutora em Agronomia; Trabalho agronômico em empresa de aviação agrícola
C	Estudante de pós-graduação *stricto sensu*	Doutora e pesquisadora em Agronomia
D	Estudante de pós-graduação *stricto sensu* (bolsista)	Doutora e pesquisadora em Agronomia
E	Vínculo profissional no setor da indústria (em área diferente de sua formação)	Trabalho agronômico em empresa de consultoria técnica e representação comercial
F	Estudante de pós-graduação *stricto sensu;* Vínculo profissional no setor de serviços (em área diferente de sua formação)	Mestra em Agronomia; Engenheira agrônoma servidora pública municipal
G	Estudante de pós-graduação *stricto sensu*	Doutora em Agronomia; Docente em Agronomia no Ensino Superior
H	Vínculo profissional no setor de serviços (em área diferente de sua formação)	Trabalho agronômico em Organização da Sociedade Civil
I	Vínculo profissional no setor de comércio (em área diferente de sua formação)	Trabalho agronômico em empresa que presta serviços de auditoria para monitoramento agrícola
J	Vínculo profissional no setor de comércio (em área diferente de sua formação)	Trabalho agronômico em instituição bancária
K	Trabalho informal urbano	Trabalho agronômico como profissional liberal na área de produção orgânica e de bioinsumos.
L	Estudante de pós-graduação *stricto sensu;* Trabalho formal urbano	Trabalho agronômico em empresa do ramo do complexo da soja.
M	Estudante de pós-graduação *stricto sensu* (bolsista); Vínculo profissional no setor de comércio (em área diferente de sua formação)	Doutora e pesquisadora em Agronomia
N	Estudante de pós-graduação *stricto sensu* (bolsista); Vínculo profissional no setor de comércio (em área diferente de sua formação)	Mestra em agronomia; Trabalho agronômico em empresa de assessoria agrícola
O	Trabalho informal urbano	Trabalho agronômico em movimento social
P	Vínculo profissional no setor de serviços (em área diferente de sua formação)	Mestra em Agronomia; Trabalho agronômico em indústria do ramo lácteo

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Como é possível ser evidenciado no quadro 01, todas as jovens rurais que migraram para o espaço urbano com o intuito de cursar Agronomia, estão atuando em sua área de formação. Essas trajetórias, contudo, foram repletas de desafios. Estabelecer residência na cidade propiciou importantes mudanças nas territorialidades das jovens e de suas famílias. Um cuidadoso planejamento financeiro precisou ser efetivado, seja pelos que ficaram no estabelecimento familiar, seja pelas jovens, muitas das quais precisaram trabalhar para viabilizar seus estudos.

Outro desafio, mencionado pelas entrevistadas, está relacionado a certo preconceito, operante na área de Agronomia, quanto ao perfil feminino. Os homens, conforme ressaltaram, conseguem atuar como agrônomos com maior facilidade, atuando em diversas funções a campo ou com representações comerciais. A persistência do patriarcado nos espaços rurais faz com que, ainda hoje, haja certas ressalvas, por parte de alguns agricultores e empresas, quanto à confiança na condução do trabalho agronômico exercido por uma mulher.

Como remete o quadro 01, esse fato levou muitas jovens a expandirem suas formações na direção da pós-graduação (mestrados e doutorados). Isso expressa suas motivações e capacidades em crescer pessoal e profissionalmente, mas também reflete aquele "algo mais" que as mulheres precisam mobilizar para serem legitimadas no mercado de trabalho. Haja vista que provêm da agricultura familiar e são reduzidas as oportunidades de trabalho nas unidades de produção de suas famílias, elas dependem da construção de um bom currículo que as coloque em condição de competir pelas oportunidades de trabalho, sobretudo urbanas, na área agronômica.

Diante disso, é possível ser observado, consoante o quadro 01, que suas vinculações profissionais são diversificadas, não se limitando ao assessoramento técnico e à representação comercial. O funcionalismo público, instituições bancárias, o setor agroindustrial e a pesquisa agronômica são espaços em que as egressas exercem suas profissões.

Cabe ressaltar que apenas uma egressa (com o perfil elegido pela pesquisa) regressou ao campo. Isso demonstra que não há um vínculo direto entre a formação em Agronomia e a sucessão na agricultura familiar por parte desse grupo feminino. Por vezes, a formação no Ensino Superior é a condição proporcionada pela família, associada ao esforço de cada jovem, para construir outra trajetória profissional, urbana, e, assim,

viabilizar a sucessão por parte de seus irmãos ou outros familiares que potencialmente tenham permanecido.

O fato de não regressarem ao campo, por seu turno, não significa que estejam inviabilizadas de contribuir com questões atinentes ao campo, à produção de alimentos e às condições da agricultura familiar. Dadas suas origens atreladas à agricultura familiar, sua condição de gênero e sua formação sólida em uma instituição de Ensino Superior público, em um curso com o diferencial de ter ênfase em Agroecologia, podem contribuir imensamente (na condição de pesquisadoras, no assessoramento técnico, como profissionais liberais, etc.) com os desafios relacionados à produção de alimentos, em interfaces com seus componentes sociais e os pressupostos da sustentabilidade: algo que já está presente, de forma tácita ou explícita, no exercício atual de suas profissões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar as complexas trajetórias de jovens rurais, egressas do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, diante dos obstáculos à sucessão na agricultura familiar e em sua busca por inserção no mercado de trabalho. O principal questionamento norteador foi: de que maneira a formação em Nível Superior se configura em um contexto marcado por severos limites à reprodução social e econômica da agricultura familiar, observando-se as intersecções de gênero e geração?

A pesquisa situou-se em um cenário onde o modelo agrário-agrícola brasileiro, alicerçado na grande propriedade e na agroexportação, impõe uma crescente vulnerabilidade e subordinação aos agricultores de base familiar. A ausência de um projeto político nacional robusto em defesa dessas agriculturas tem levado a uma progressiva erosão das formas de vida no campo. Neste panorama, a busca pela qualificação superior, facilitada pela expansão e interiorização do Ensino Superior (ES), representou uma estratégia crucial.

Os resultados confirmaram que o movimento de migração campo-cidade e a escolha pela Agronomia se estabeleceram como um projeto familiar de ascensão e busca por segurança profissional. É um movimento apoiado pelos pais, mas impulsionado, em grande medida, pela necessidade premente de as jovens rurais construírem um projeto de

vida e de trabalho que não se restrinja à unidade produtiva, dadas as suas limitações estruturais e econômicas. Os fatores mais determinantes para essa desterritorialização foram as dificuldades econômicas da pequena unidade produtiva, vulnerável dentro do modelo convencional de grãos e integração (como a pecuária leiteira), e as impossibilidades logísticas de conciliar residência rural e estudos superiores.

Apesar de não serem o único motor da migração, as opressões de gênero se revelaram um elemento estrutural decisivo para a não-sucessão feminina. A pesquisa ratificou que a Divisão Sexual do Trabalho (DST), profundamente ancorada no patriarcado familiar, impõe à mulher rural uma dupla jornada desvalorizada, marcada pela invisibilidade de sua contribuição, pela falta de autonomia financeira e pela destinação predominante ao trabalho reprodutivo não-remunerado.

Nessa perspectiva, a formação em Agronomia e a subsequente migração para o espaço urbano representam uma estratégia de empoderamento e construção de novas territorialidades. Alinhada às teorias sobre a imbricação entre classe e opressão de gênero, a busca pelo Ensino Superior é percebida pelas jovens como a principal via para romper com o destino de trabalhadoras desvalorizadas, acessando o trabalho formal, a autonomia e o reconhecimento social, elementos cruciais para a construção de uma vida digna. A formação se torna, assim, uma ferramenta de resgate da dignidade profissional e da liberdade individual, oferecendo a chance de reescrever um destino imposto pela estrutura familiar e econômica.

Contudo, a transição para o mercado de trabalho não se concretiza sem novas barreiras de gênero. O estudo demonstrou que as desigualdades de gênero da esfera rural se reconfiguram e se estendem para o ambiente profissional urbano. As jovens agrônomas enfrentam preconceito, o que se traduz em dificuldades de inserção profissional mais célere, percepção de disparidades salariais em relação aos homens e a uma latente exigência de sobrequalificação para legitimação. O investimento em pós-graduação (Mestrado/Doutorado), embora expresse a alta motivação e capacidade dessas profissionais, reflete essa necessidade de mobilizar um "algo mais" para alcançar o mesmo reconhecimento que seus pares masculinos.

Apesar de o curso de Agronomia não ter potencializado a sucessão direta na maioria dos casos (com uma única exceção vinculada à Agroecologia), ele demonstra ter um impacto crucial na sustentabilidade indireta da agricultura familiar. Em 2024, todas

as jovens já se encontravam atuando em sua área de formação, destacando-se pela diversificação de suas inserções profissionais. Elas não se limitam às frentes tradicionalmente dominadas por homens (assessoramento técnico e representação comercial). Pelo contrário, atuam em instituições bancárias, funcionalismo público, setor agroindustrial, pesquisa agronômica e em organizações da sociedade civil ligadas à Agroecologia e movimentos sociais.

Essa diversidade de atuação é um resultado extremamente relevante. Na condição de agrônomas conhecedoras da realidade do campo e amparadas por uma formação superior, elas utilizam suas experiências sensíveis e seus conhecimentos técnicos para intervir sobre a agenda moderna e enfrentar os limites estruturais da reprodução familiar. O seu trabalho em novas frentes representa, portanto, uma forma indireta, mas substancial, de contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Em última análise, o estudo sublinha a importância fundamental da universidade pública como agente de transformação das territorialidades familiares intergeracionais. Ao se profissionalizarem e se inserirem em novos espaços, as jovens agrônomas intervêm nas próprias estruturas patriarcais e econômicas que as condicionaram. O sucesso em suas carreiras profissionais atua na desconstrução das relações de gênero que historicamente inviabilizam as mulheres no campo, impulsionando, assim, a inovação social e técnica em suas comunidades de origem e na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5.1997.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

BUENO, C.T. **Agricultura familiar e relações de gênero**: mapeando a Região Sul do Brasil. 2023. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2023.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, jan/abril, p. 205 – 227, 2004.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>. Acesso em 20 jul. 2019.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro, 2005. 444 p. Tese (Doutorado Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível: Acesso em: 11 out. 2024.

CASTRO, E. G. et al. **Os Jovens estão indo embora**? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2009. Disponível em:<http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/jovensestaoindoembora.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

EDUARDO, D. C. B.; EDUARDO, M. F. Juventude rural, formação no ensino superior e os condicionantes para a sucessão na agricultura familiar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 1-21, maio 2026. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v12i5.25618.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

EDUARDO, M. F.; GABOARDI, S. C.; REIS, J. T. O mapa da questão agrária na Microrregião de Erechim/RS: implicações da evolução econômica nas dinâmicas territoriais da agricultura familiar. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.13, n.1, p. 21-41, jan./abr. 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, o corpo e a acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

GRITTI, I. R. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**: A emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PIRAN, N. **Agricultura familiar**: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim, RS: Edifapes, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. W. **Gênero**: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1995.

SILVA, C.B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SIMÕES, W. **Territorialidades da juventude faxinalense: entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver.** Tese (Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós graduação em Geografia), Curitiba, 2015.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em:https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16024. Acesso em: 21 jan. 2024.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro (SC). Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 mar. 2024.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TEDESCO, João Carlos. Um pequeno, grande mundo: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. Porto Alegre, 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>. Acesso em: 10 out. 2022.

Recebido em outubro de 2024.

Revisão realizada em outubro de 2025.

Aceito para publicação em maio de 2026.